

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA CULTURA TRANSGRESSORA NA MÍDIA

Mestrando. Jefferson Barbosa de SOUZA¹ (CAPES/UFMS)

RESUMO: *O presente estudo enseja analisar o discurso da mídia pelo viés da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais, sintonizando a identidade construída pela mídia em textos eletrônicos do Primeiro Comando da Capital no momento dos ataques à cidade de São Paulo. Pretende-se, portanto, analisar o discurso da mídia e apontar as identidades que nela são veiculadas, a fim de problematizá-las à luz de críticas contemporâneas acerca do político, do direito e das minorias.*

PALAVRAS-CHAVE: identidade, cultura, poder, discurso.

Introdução

Estudar a identidade no colóquio da Análise do Discurso francesa, cuja abertura permite a tramitação de alguns conceitos forjados no interior dos Estudos Culturais, faz parte da premissa de nosso grupo de estudo acerca das identidades transgressoras e dos sistemas de exclusão na modernidade tardia. Além disso, este texto nasce de um objetivo circunscrito no interior de um projeto de pesquisa aprovado pela FUNDECT e pela CAPES, intitulado “**O discurso midiático no fogo cruzado entre grupos criminais organizados e equipes de segurança nacional**”, em desenvolvimento no programa de pós-graduação em Letras da UFMS, *campus* de Três Lagoas.

Neste trabalho analisamos o discurso de duas revistas **Época** e **IstoÉ** e do jornal **Folha de São Paulo**, todos de circulação nacional. Pretendemos observar como acontece a construção da identidade do Primeiro Comando da Capital (PCC) pela mídia brasileira, tendo como condição de produção do discurso referente ao grupo as ações do PCC na cidade de São Paulo durante o feriado de dia das mães de 2006. Esse acontecimento é um dado cultural que, para nós, significa que uma política emancipatória dos grupos minoritários está se tornando uma verdadeira **política-vida**, cujo princípio de luta é uma questão de escolha e de reflexão, que interfere diretamente numa política das decisões de vida de um determinado grupo (GIDDENS, 2002. p.197-8).

Diante dessa intervenção dos grupos atingidos por limitações sociais e legais, observamos que a mídia, embora, por seu lado, favorecida pelos avanços tecnológicos que descentralizam os sujeitos e os colocam diante de díspares e diferentes discursos, ainda contribui para a proliferação de um discurso elitista, dogmático e ortodoxo pautado na lei e na imagem do Estado. Por isso, lançamos a hipótese de que a aparente mobilidade das diferenças nas quais consistem as identidades transgressoras trata-se, no fim, de uma estratégia para a veiculação da pedagogia estatal da repressão às ações vistas como ‘fora-da-lei’. Desse modo, “o Estado moderno não somente adquire o monopólio da violência, mas se utiliza dela para dirigir racionalmente as atividades dos cidadãos” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.169-186).

Libertar esses grupos que se encontram à margem de sacralizações sociais é a principal tarefa do intelectual hoje. Agir reflexivamente, não se deixando falar pela teoria, também se constituiu numa forma de desestabilizar determinadas concepções centralizadoras. Passar da margem para o centro é uma atitude que desencadeará o discurso disciplinar, cuja “docilidade” e “utilidade” (FOUCAULT, 2005) fazem a construção homogênea das cidades e do Estado.

Por conseguinte, apresentaremos o ponto de vista teórico do qual partilhamos para pensar o

objeto aqui descrito, e, posteriormente, fornecemos análises de quatro recortes, nos quais demonstramos seus pontos fortes e a formalização de nossa hipótese de pesquisa.

1 A identidade nos estudos discursivos e culturais

O estudo da constituição da identidade na modernidade tardia é desenvolvido tanto no âmbito dos estudos do discurso quanto no dos estudos da cultura, e o motivo desse enlace talvez seja decorrente de que as práticas de negociação de significado envolvem tanto sujeitos quanto sua história, enquanto seres fragmentados e deslocados. Contribui para essa abordagem o desenvolvimento de tecnologias de informação (HALL, 2004, 2006; CORACINI, 2006; MOITA LOPES, 2002; SILVA, 2006), que colocam o sujeito em contato com diferentes significados da vida cotidiana. A perda da distância com o desenvolvimento da informação acelerou de outro lado uma interculturalidade, des-territorialização dos discursos (ORTIZ, 2003).

Embora esse assunto renda inúmeras páginas de debate, nosso objeto principal aqui é o discurso, um monumento atravessado pela cultura. Por razões metodológicas a Análise do Discurso (*from now on*, AD) desde seu fundamento esteve aberta para novas abordagens, pois não se constitui como dispositivo teórico fechado, assim, é-se possível estabelecer diálogos com alguns conceitos prementes dos Estudos Culturais, no que tange ao estudo da identidade. A AD tem como pressuposto que na produção dos textos as propostas de significação, efeitos de sentido, não são permanentes tampouco estáveis (GUERRA & BELON, 2005, p.18). Desse modo, as fronteiras não passam de linhas imaginadas, produzidas por saberes, instituições, posições-sujeito no trabalho com a linguagem, compartilhando com os Estudos Culturais a idéia de transculturalidade.

A instabilidade a que o texto se assujeita advém de uma concepção discursiva fundada em uma teoria não-sujetivista da linguagem. Segundo a visão de Pêcheux, todo discurso possui sujeito, mas esse sujeito não é a fonte dos sentidos, o que ele diz já está dito, é histórico, constitui-se num esquecimento que retorna pré-construído. A enunciação também ilude o sujeito, pois, à medida em que o discurso é construído, relações parafrásticas ou de incompletude fazem o discurso relacionar-se com o que falta (ORLANDI, 2001; GREGOLIN, 2001). A formação do sujeito dentro de uma instabilidade discursiva é o que nos permitirá chegar à identidade, ou seja, por meio da diferença, alteridade ou ausência. A identidade, de acordo com Silva (2006), não é somente uma construção social e cultural, ela se dá linguisticamente.

Contribuem, ainda, para observar o *processo* de construção das identidades, as formações discursivas (FDs). Elas, consoante Foucault (2004), permitem chegar à série na qual uma determinada regularidade se apresenta, a partir da qual se é possível relacionar com outras séries de discursos, em distintas temporalidades (p.43 e 83). Portanto, na FD podem inscrever-se tantos sujeitos quanto forem as séries nas quais a FD se fragmenta, pois o sujeito da AD é movido pela ideologia e pelo inconsciente. É como advoga Indursky:

Isso significa que seu domínio de saber comporta igualdade, mas também abriga a diferença e a divergência, resultando daí a contradição que impede a instauração da homogeneidade e da unicidade dos saberes da formação discursiva (INDURSKY, 2000, p.75).

No que se refere à identidade propriamente, Stuart Hall (2004) fala-nos que ela se desenvolveu a partir de três concepções de sujeito, o iluminista, o sociológico e o pós-moderno. Para nós, a identidade é da ordem do sujeito pós-moderno, pois “não tem uma identidade fixa, essencial e permanente; é uma celebração móvel” (p.12-13). O sujeito se dispersa no discurso e, da mesma forma, sua identidade flui e desliza para outras. Conceber a identidade como única, argumenta o autor, é

uma fantasia. De acordo com a perspectiva de Silva (2006), o processo identificatório, de atribuição de significados é problemático, pois a identidade também se constitui na diferença. Segundo ele, “a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem” (p.80).

Ainda nos pautando em Silva (2006), podemos dizer que:

A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. [...] A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2006. p.96-7).

A identidade enquanto construção de poder é o ponto de nosso interesse, visto que o discurso da mídia é por excelência o espaço em que as relações de poder encontram-se demasiadamente acentuadas, lugar da ironia, do argumento de autoridade, dos juízos de valor, discursos diretos e indiretos entre tantos outros recursos. Nossas análises mostram que a mídia provoca e produz diferenças em seu discurso sobre o PCC, mas a diferença de que se pauta reforça e reproduz o discurso pedagógico do Estado e da lei, amordaçando o discurso performático das minorias que pretende “ser suplementar no sentido de produzir outra história e outros discursos, a fim de desestabilizar a sedimentação instaurada pelo poder” (BHABHA, 2005, p.219).

A estratégia discursiva da mídia é abrir mão dos termos rasos e homogêneos para parecer ciente da heterogeneidade do sujeito transgressor, entretanto, com a finalidade de pôr em funcionamento um discurso que não inclui a minoria na cultura nacional, que a vê proliferar das margens da cidade e da nação, como se a história da nação não fosse constituída de levantes, de golpes, de rupturas.

2 A identidade do PCC na mídia

Propomos neste trabalho analisar o processo de construção da identidade do PCC pela mídia brasileira, para tanto, o *corpus* será constituído de artigos recolhidos em revistas como *Época* e *Is-toé* e no jornal *Folha de São Paulo*, que se referem aos ataques promovidos sob assunção do PCC na capital paulista. O acontecimento da ação do PCC na mídia e no contexto da cultura local de São Paulo lembrou que, de fato, após a queda do muro de Berlim e das Torres Gêmeas americanas, o mundo passou a olhar o outro com desconfiança e cindir as identidades estabilizadas até então.

Apesar do consenso na afirmação de que as mídias produzem, ao mesmo tempo em que cultuam a globalização, uma propagação de diferentes modos de vida, plurais e fragmentados (MOITA LOPES, 2002, p.15; GRIGOLLETO, 2006, p.15), pretendemos problematizar essas diferenças, haja vista que elas apresentam uma regularidade projetada por práticas discursivas que partem, principalmente, de um discurso pedagógico (BHABHA, 2005) corporativamente centrado no Estado e no direito. Nossa análise, portanto, passa pelas contribuições fraternas entre Análise do discurso francesa e alguns conceitos dos Estudos Culturais, uma vez que tendo como objeto o discurso da mídia torna-se indispensável pensá-lo pelo crivo cultural.

O primeiro recorte de que dispomos foi retirado do jornal *Folha de São Paulo* (17.05.06), de uma matéria intitulada **O problema não é o PCC**. O título da matéria já nos antecipa que formações discursivas serão acionadas, bem como por meio de que práticas discursivas o enunciado irromperá na materialidade lingüística. Para todos os efeitos, o enunciado é o que segue:

(...) o PCC é somente um ínfimo detalhe da insegurança nacional. É uma mão-de-obra sem perspectiva de vida e, por isso, seduzida a qualquer risco, como vimos nos ataques. Para piorar, somem-se a desestrutura familiar, o pouco acesso a lazer e a cultura, além da escassez e da péssima qualidade dos serviços de saúde. Temos assim os guetos, nos quais, muitas vezes, a polícia é vista como corrupta e violenta e os líderes de gangues, exemplos de sucesso. O crime organizado do PCC é somente consequência da sociedade desorganizada dos guetos. (O problema não é o PCC, FSP).

Nesse enunciado é até visível a atribuição de sentidos ao PCC, embora todos eles se invistam de valorações negativas, reforçando a diferença que o grupo introduz na sociedade brasileira. De acordo com o enunciado, o PCC é **“ínfimo detalhe de insegurança nacional”, “mão-de-obra sem perspectiva de vida”, “(mão-de-obra) seduzida a qualquer risco”, “consequência de uma sociedade desorganizada dos guetos”**, a diferença instaura-se na prática discursiva da atribuição em que passam a tramitar na formação discursiva posições opostas para a especificação do PCC. O PCC é definido como **“mão-de-obra sem perspectiva”**, pois existe em nossa sociedade uma mão-de-obra com perspectiva, e essa perspectiva da qual nos fala o locutor da matéria é a de que o sujeito se submete a um sistema de produção em prol do Estado-Nação. Um trabalhador dócil e controlado (FOUCAULT, 2005. p.100-1), que não questiona o poder que lhe coage a trabalhar, a fim de preservar qualquer sintoma ou pensamento que o leve a cometer crimes e, assim, preserve a figura do Estado. O trabalho, portanto, é investido socialmente de positividade que, qualquer forma de desvio ou subterfúgio dessa regra, ocasiona o funcionamento do discurso dignificante do trabalho.

A enunciação de que o PCC é um **“ínfimo detalhe de insegurança nacional”** coloca diretamente a entidade em relação a outros problemas que permitem o surgimento da insegurança: **“desestrutura familiar”, “pouco lazer e cultura”, “falta de atendimento médico de qualidade”**. Dessa maneira, o PCC para o locutor resulta de uma fragmentação social do poder, já que a família já não é mais uma instituição perene, tampouco a educação, que se encontra em vias de extinguir-se, e as políticas de saúde pública não chegam a cumprir seu dever para com a sociedade num âmbito geral. A **“desorganização do gueto”** adquire significado na diferença estabelecida com uma possível **“organização do centro”**, seu pólo oposto e complementar. Essa oposição que complementa a significação trata-se de uma prática que está sujeita ao jogo da diferença, por que enquanto tal somente se constitui em relação ao Outro, segundo Hall (2006, p.106).

A história dos sistemas de exclusão, principalmente da figura do infrator, para Foucault (2005, p.91), tem seu início nos impérios medievais, em que o transgressor quando reconhecido de sua violação, era marcado por estereótipos e trajes específicos e colocado às vistas da sociedade, contribuindo para a difusão de uma pedagogia do **“bem-ser”, do “não-violar”** o poder. Desde aí, o papel da diferença já é uma função de poder e positiva no sentido de desincentivar práticas ilegais.

A identidade do PCC, portanto, passa pelo deslocamento que o discurso da mídia faz, em vez de homogeneizar numa primeira etapa, ela acentua a diferença e a partir dela desenvolve o discurso pedagógico do Estado e do direito, que policiam as minorias. Não que a diferença e a heterogeneidade não sejam positivas, mas é que a mídia trabalha com a diferença para construir uma identidade do transgressor homogênea, pautada sempre na **“falta”** de algo que o transforme em cidadão. Dessa perspectiva, quando a mídia afirma que o PCC consiste na consequência de uma **“desorganização dos guetos”**, a representação social que surge aí é a de que o crime nasce na periferia das grandes cidades, um argumento que na modernidade tardia não se sustenta mais. Trata-se de uma visão discursiva que parte do centro em direção à periferia, em que o sujeito da matéria está interpelado pelo lugar social do qual fala (PÉCHEUX, 1975; ORLANDI, 2001).

Nesse ponto, convocamos Castro-Gómez (2005. p.171), que a aquisição da cidadania é como um funil, haja vista que somente passarão por ele sujeitos cujo perfil seja o requerido pela modernidade (homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual), ao passo que

os indivíduos que não cumprem com estes requisitos, ficarão de fora, reclusos no rincão da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia, por parte da lei que os mesmo exclui.

Assim se encontra o discurso do PCC que, pelo olhar do outro (mídia), é desconstruído para projetar um dever social estatal: recuperar as minorias dos percalços que as tornam insurgentes, para, em fim, recuperar a imagem de prestígio da nação brasileira.

O recorte subsequente foi retirado de uma matéria intitulada **Eu posso matar vocês**, publicada pela *Revista Época* (18.05.06). O enunciado traz em sua materialidade três locutores: o sujeito redator, a palavra de um funcionário e a fala de Marcola. O discurso direto materializa a fala do líder do PCC, ao passo que a do funcionário e a da redação se entrecruzam pelo discurso indireto, como veremos:

Marcola (...) gosta de se vender como homem politizado. Afirma considerar o PCC uma organização política, não criminosa. ‘tanta denúncia em Brasília e a gente na cadeia. Depois nós é que somos ladrões’, teria, de acordo com esse funcionário, dito ao ver na TV a absolvição dos parlamentares envolvidos no mensalão. (Eu posso matar vocês, *Época*).

Diante de escândalos envolvendo políticos brasileiros em um esquema de mesada, daí o neologismo **“mensalão”**, esse enunciado materializa concepções diferentes do grupo organizado do PCC. No trecho **“Marcola gosta de se vender como homem politizado”**, a locução verbal “gostar de se vender” produz sentidos diferentes dos habituais, desvelando-se como estratégia de assunção de uma determinada identidade. Na sequência, **“Afirma considerar o PCC uma organização política, não criminosa”**, o locutor da matéria, conforme Pêcheux (1983), está atravessado pelos esquecimentos da ordem da enunciação, pois ele não tem consciência plena de que o arranjo sintático “uma organização política, não criminosa”, coloca-o na linha ilusória da neutralidade. A identidade, então, se configura nesse espaço intervalar, constituída, para o estudioso, na ilusão subjetiva da linguagem.

Ora, as identidades também são construções do poder (GUERRA & SOUZA, 2006, p.31). Na perspectiva foucaultiana, principalmente nos escritos genealógicos, a visualização das identidades passam pelo dispositivo disciplinar, em que as identidades são definidas na sua relação com o poder. Elas individualizam e massificam o sujeito. Essa construção inscreve-se na materialidade do enunciado: **“X gosta de se vender como Y”**, em que a posição do sujeito que fala abre espaço para a desconfiança e ironia de como a minoria se identifica. **“X afirma considerar o PCC uma organização política, não criminosa”**. Ao mesmo tempo em que as identidades parecem plurais e fragmentadas, o poder que as produz tende a singularizá-las, contrapondo a outras.

O que diferencia a política do crime hoje? Por que a violência e a criminalidade não podem ser compreendidas como política, estratégia, manobra e intervenção do “eu”, cuja reflexão caminha à libertação de situações limitantes dos grupos minoritários, como nos fala Giddens (2002)? A fala do representante do PCC, nesse momento, constitui a intervenção crítica da minoria, que desestabiliza a figura do político como transcendental e jamais contornado por práticas ilegais: “tanta denúncia em Brasília e a gente na cadeia. Depois nós é que somos ladrões”. Nessa fala, observamos que o “eu” do grupo constrói-se a partir do Outro (denúncias em Brasília). O discurso performático **“Depois nós é que somos ladrões”**, mina, como se vê, o discurso pedagógico, constitui-se nele, embora a ideologia dominante consista ainda em atribuir à cultura transgressora uma identidade criminosa somente; contrariando uma concepção fragmentária da identidade.

Nosso próximo fragmento diz respeito ao contexto antecedente aos ataques do grupo à capital paulista. O discurso da mídia faz uma regressão na memória a fim de contrapor o acontecimento,

chegar ao consenso de que as negociações do PCC com a polícia não passam de inutilidades.

Antes de ordenar as rebeliões no sistema penitenciário, as execuções sobre policiais e as duas centenas de atentados em São Paulo, a cúpula do PCC negociava com a cúpula da polícia paulista como se fosse um sindicato de trabalhadores sentado à mesa diante de seus patrões. Exigiram aparelhos de tevê para assistir à Copa do Mundo, ampliação do banho de sol de uma para duas horas diárias, mais visitas íntimas e até mesmo a troca dos uniformes amarelos por cinzas, mais adequados para fugas noturnas (Como nasceram as facções, Istoé).

Esse enunciado faz parte da *Revista IstoÉ* de 24.05.06, de uma matéria intitulada **Como nasceram as facções**. O objeto do enunciado é a negociação do PCC com a polícia, a qual se dá “**como se fosse uma um sindicato de trabalhadores sentado à mesa diante de seus patrões**”. Essa enunciação, apesar de referir-se ao PCC e à polícia, tem uma história particular. A história do partido que concorre à Presidência do país em 2006, o PT, que se desenvolve junto a sua atuação nos sindicatos. Luiz Inácio Lula da Silva foi sindicalista e atuante dentro da CUT (Central Única dos Trabalhadores). O enunciado da mídia, querendo ou não, convoca esses sentidos que se inscrevem na materialidade discursiva e retornam sob a forma de pré-construído (ORLANDI, 2001, p.31; GREGOLIN, 2001, p.18). A marca lingüística da comparação “**como**” faz que as identidades do PCC e da polícia, respectivamente, se desloquem para “**sindicato de trabalhadores**” e “**patrões**”, o que demonstra como as diferenças são acentuadas e, por extensão, a identidade uma produção do poder, do poder que o outro tem de representar o “eu”.

Com a materialização de “**sindicato de trabalhadores**”, o discurso da mídia polemiza as identidades, pois, assim, os trabalhadores também seriam identificados como transgressores, o que em parte não deixa de ser verdade, já que falamos de posições secundárias, “menores”. Da mesma forma, acontece com os patrões, eles passam a ser identificados com a figura “autoritária” e “repressora” da polícia. Isso vem corroborar a idéia de que as identidades e diferenças além de criações sócio-culturais, são resultados também de criação lingüística (SILVA, 2006, p.76).

O verbo no infinitivo afirmativo “**ordenar as rebeliões**”, bem como o verbo no imperativo afirmativo plural “**Exigiram...**”, constrói essa imagem sindical do PCC, como sujeito de requerimento cujas determinações devem ser atendidas, senão uma ameaça pode colocar o Estado em situação de emergência. No entanto, ao mesmo tempo, se cria também a figura do sujeito que “falta” (por isso, exigem alguma coisa), uma identidade trabalhadora, pois, conforme, Indursky (2000, p.75), a formação discursiva não é homogênea em seu domínio abrigam-se a diferença e a divergência.

Noutro trecho, observamos como a mídia faz funcionar o discurso pedagógico ou inscrito no panoptismo, e, além disso, contribui para a fragmentação do sujeito encarcerado. Dessa forma, o grupo havia solicitado “**a troca dos uniformes amarelos por cinzas, mais adequados para fugas noturnas**”. A mídia aponta que a intenção da troca dos uniformes é uma questão de estratégia do PCC para facilitar sua fuga durante à noite, o que lhe confere uma identidade transgressora. E nos demais trechos “**Exigiram aparelhos de tevê para assistir à Copa do Mundo**”, “**ampliação do banho de sol**” e “**mais visitas íntimas**”, são construídas identidades dispersas do sujeito transgressor (torcedor, brasileiro, preso, homem).

O próximo e último recorte também pertence à *Revista IstoÉ* (24.05.06), cuja matéria intitula-se **Na hora é o “brother”. Na outra é o traficante**, trata de como os usuários de entorpecentes ajudam a financiar o crime organizado. O título da matéria, por sua vez, já fornece uma formação discursiva cindida entre o “**brother**” e o “**traficante**”, em que as identidades variam e estão em constante transformação. O enunciado é o que segue: “**É de fato a mais pura e cristalina hipocrisia achar que cada cocotinha que consuma drogas não esteja ajudando financeiramente a armar os Marcolas da vida**”.

Nesse enunciado observamos que sua materialidade se forja em uma estrutura de vontade de verdade, que lhe pode legitimar o poder de dizer. Assim ele se inicia “**É de fato a mais pura e cristalina hipocrisia achar...**”, em que o sujeito está se demarcando dos demais da sociedade, fragmentando-se. No entanto, sua posição ideológica está assegurada na sequência: “**que cada cocotinha que consuma drogas...**”. aqui, o termo gírio “**cocotinha**” irrompe na materialidade do enunciado proporcionando efeitos de sentido: cocotinha não é somente a droga em si, mas também seu consumidor (nesse caso, de classe média-alta) (Cf. GUERRA *et al.* No prelo-1), de sorte que quem consome a droga também a é. De acordo com Pêcheux (1990. p.53), todo enunciado é suscetível de se tornar outro, e nesse caso, isso acontece mediante a posição do sujeito. Ele repreende o comércio e o uso de drogas, reiterando discursos pedagógicos do Estado (porque se trata de uma prática sem retorno ao patrimônio público do país - mercado informal) e do direito (porque se constitui crime comercializar e fazer o uso de entorpecentes). Assim, a diferença não serve para vislumbrar um número de potencialidades, mas para configurar, na fissura do discurso, o discurso regressista do Estado e repressor da lei.

Noutro trecho, vem a continuação daquele enunciado: “**... não esteja ajudando a armar os Marcolas da vida**”. Aqui, o nome próprio “**Marcola**”, desliza seu sentido passando a se referir a todo sujeito transgressor, sujeito da referência “**ajudando a armar X**”. Nesse caso, a identidade que se cria não é nada inocente (SILVA, 2006. p.81), pois é somente ao PCC que ela se dirige, e o nome (substantivo próprio) como complemento do verbo “armar” já identifica o grupo como transgressor.

Na verdade, A história é que constitui o enunciado e o sujeito se constitui na ideologia, que o interpela a fim de produzir o já-lá (ORLANDI, 2001. p.31), pois o enunciado “ajudando a armar Marcolas da vida” é histórico, uma vez que se refere à ação do PCC na cidade de São Paulo. Os “Marcolas da vida” transcritos no enunciado se referem à identidade do PCC como elemento plural e multifacetado, que não só se refere ao grupo mas a todo e qualquer sujeito que transgride e burla o poder e a ideologia do Estado e do direito.

A diferença que o sujeito da matéria suscita está na dimensão da disparidade social que separam a “cocotinha” dos “Marcolas da vida”, cujos sentidos nos permite dizer que nesse discurso, o sujeito está afirmando que a classe média-alta financia a ação de transgressores, ou seja, o sujeito discursivo questiona esse paradoxo de que aqueles que mais sofrem com os ataques são justamente aqueles que ajudam a armar esse grupo. Dessa forma, o sistema de diferenças ainda continua a ser uma estratégia midiática que, no fundo, tem o papel de veicular “uma ordem discursiva” em favor da homogeneidade: “não sejam assim como o PCC”, “não façam como eles, trabalhe e produza”, “não incentive o tráfico, pois isso ajuda a equipar nossos adversários transgressores”.

Enfim, o que pretendeu este trabalho encontra-se feito aqui. Analisamos enunciados produzidos pela mídia nos quais se notam a veiculação do discurso estatal cuja iniciativa é a de suprimir as diferenças sociais, reforçando estigmas de docilidade e trabalho.

Conclusão preliminar

Este trabalho teve por tarefa analisar a constituição identitária do PCC projetada pela mídia. A identidade, como mostramos, é indeterminada e fragmentada, ao ponto de produzir deslocamentos, semelhantes às posições-sujeito que se esvaem pelo discurso.

Apesar de a mídia, de forma positiva – como ela própria deve acreditar –, representar o PCC de diferentes formas em diferentes veículos de notícia, ela traz na materialidade uma ambigüidade da diferença, que consiste em reforçar valores e idéias que resgatam o poder da disciplina e da lei que constituem o conceito de nação moderna (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Acreditamos que, por se tratar de um discurso de ampla circulação, o discurso da mídia é o intermediário do Estado, e, por possuir esse espaço, adquire a legitimidade necessária para intervir na realidade social brasileira, polarizando seu poder justamente sobre aqueles que pouco são ouvidos, senão calados por razão de uma imaginação pré-concebida da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] AZEVEDO, S. *et al.* Eu posso matar vocês. **Época**, São Paulo, 18 mai. 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74217-6009-418,00.html>. Acesso em: 2 jul. 2007.
- [2] BHABHA, H. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila *et al.* 3 reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 395 p.
- [3] CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro. p.169-186. 2005.
- [4] CORACINI, M.J.R.F. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: impacto de novas tecnologias. In: MAGALHÃES, I., GRIGOLLETO, M. & CORACINI, M.J. (orgs). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 133-156.
- [5] DIMENSTEIN, G. O problema não é o PCC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mai. 2006. Disponível em: http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp2006.nfo/?query=17+maio+2006/doc/{@66378}/hit_headings/words=4?. Acesso em: 2 jul. 2007.
- [6] FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- [7] FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhete. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 262 p.
- [8] GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 224 p.
- [9] GREGOLIN, M.R.V. Análise do discurso: o sentido e suas movências. In: GREGOLIN, M.R.V., CRUVINEL, M.F. & KHALIL, M.G. **Análise do discurso: entornos do sentido**. Araraquara/ São Paulo: UNESP Laboratório Editorial FCL/ Cultura Acadêmica, 2001, p. 9-34.
- [10] GRIGOLLETO, M. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. In: MAGALHÃES, I., GRIGOLLETO, M. & CORACINI, M.J. (orgs). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p.15-26.
- [11] GUERRA, V.M.L. & BELON, L. A construção da imagem feminina a partir do discurso da mídia. In: GUERRA, V.M.L. (org.). **Olhares interdisciplinares na investigação sobre a linguagem**. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2005. p. 15-34.
- [12] GUERRA, V.M.L. & SOUZA, J. B. Identidade e representação cultural do preso em “Estação Carandiru”. In: NOLASCO, E.C. & GUERRA, V.M.L. (orgs.). **Discurso, alteridades e gênero**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006. p. 13-34.
- [13] GUERRA, V.M.L. *et al.* **O arsenal teórico de Bakhtin: entre o estudo da linguagem e o ser social**. No prelo – 1.

- [14] HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004. 97p.
- [15] HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T.T. (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. e org. Tomaz T. da Silva. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p.103-133.
- [16] INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F. & CAMPOS, M.C. (orgs.) **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, p. 70-81.
- [17] MOITA LOPES, L.P. **Identidades fragmentadas** – a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002. 232p.
- [18] ORLANDI, E.P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001. 100p.
- [19] ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.105-145.
- [20] PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1990 [1983].
- [21] PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1990 [1975].
- [22] PÊCHEUX, M. **O discurso – estrutura ou acontecimento?** Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990a. 68p.
- [23] PRADO, A.C. Na hora é o “brother”. Na outra é o traficante. **IstoÉ**, São Paulo, 24 mai. 2006. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe>. Acesso em 2 jul. 2007.
- [24] SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. e org. de Tomaz Tadeu da Silva. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 73-102.
- [25] RODRIGUES, A. Como nasceram as facções. **IstoÉ**, São Paulo, 24 mai. 2006. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe>. Acesso em 2 jul. 2007.

¹ Jefferson Barbosa de SOUZA, licenciado em Letras e mestrando em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Três Lagoas.
(UFMS, Departamento de Educação)
jeffoucault@yahoo.com.br